

Folha Nacional

18 A 24 DE FEVEREIRO DE 2023 | SEMANAL | ANO 1 | 2ª EDIÇÃO | DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

www.folhanacional.pt

CUIDADO A SUA CASA ESTÁ EM RISCO

- PROGRAMA DO GOVERNO **PÕE EM CAUSA OS DIREITOS DOS PROPRIETÁRIOS**
- CHEGA E PSD AMEAÇAM **LEVAR MEDIDAS AO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL**



nacional

Há mais estudantes a precisar das refeições sociais

//PÁG. 06

economia e finanças

CMVM avalia sanções à TAP por indemnização a Alexandra Reis

//PÁG. 11

política nacional

Medina pode ser constituído arguido por negócios na CML

//PÁG. 09

entrevista da semana

Gabriel Mithá Ribeiro

O Ministério da Educação é um caso grave de **gestão financeira danosa**

//PÁG. 10

destaque da semana

CHEGA quer nacionalidade apenas para quem conheça a língua e cultura portuguesas

//PÁG. 06



sumário



Frio está de regresso. Temperaturas descem até 10°C

// pág. 07



Passos e Ventura os preferidos à direita para as presidenciais

// pág. 09



Há menos desempregados a receberem apoios do Estado

// pág. 12



Menina morre em tiroteio no Carnaval do Rio de Janeiro

// pág. 13



UNITA acusa Governo angolano de ser corrupto

// pág. 14



Seleção feminina de futebol em apuramento histórico

// pág. 15



Cid Geraldo
Professor do Ensino Secundário

Porque lutam os professores?

Na sexta-feira, 13 de janeiro, pela primeira vez na vida, fiz greve. A sala ficou vazia, os sumários por escrever, a matéria por dar, as dúvidas por esclarecer. Nos meus anos mais jovens e impressionáveis, também eu era daqueles que snobavam dos professores – que eram ignorantes, mal preparados, partidários de uma certa linha política que não era – e continua a não ser – a minha. E, como em todas as profissões, muitos ainda o serão. Mas a experiência da vida ensinou-me, entretanto, algumas coisas (confirma-se o paradoxo: quem mais ensina, mais aprende).

Lidamos diariamente com turmas de aproximadamente trinta alunos, dos quais uma pequena percentagem (em média, cinco) estão manifestamente impreparados, não se interessam nem se esforçam e são, em muitos casos, indisciplinados. Mas, praticamente, não os podemos chumbar. Em vez disso, preenchemos relatórios de apoio à aprendizagem, disponibilizamos explicações gratuitas na escola (às quais muitos afirmam não quererem comparecer) e aplicamos medidas pedagógicas diferenciadas. Em vez de elevarmos os alunos às matérias, “moldamos” os conteúdos à sua medida. Ou seja, baixamos o nível. Se um aluno do ensino profissional obtém classificação negativa no final de um módulo, temos de fazer um teste de recuperação, por lei. Sabendo disto, muitos deles entregam as avaliações, que deveriam durar dois tempos letivos e que demoram em média quatro horas a preparar, cerca de dez minutos depois do começo da aula, obtemperando que “o professor é obrigado a fazer outro teste para eu passar” (aconteceu-me: chumbei-o).

À disciplina que leciono, Português, cada aluno tem de ser avaliado em oito parâmetros individuais: educação literária, compreensão de texto, gramática, redação, compreensão oral, expressão oral, participação e atitudes. Isto significa, pelo menos, 12 avaliações por período e 16 itens de grelha para preencher. Demoro perto de uma hora a corrigir um teste. Tenho cento e vinte alunos. Evidentemente, há ainda que preparar as aulas, redigir as atas das reuniões, ler os relatórios de apoio,

enviar materiais complementares e esclarecer dúvidas online, dinamizar a Cidadania e o PES...

Em resumo: os professores não têm fins-de-semana, não têm feriados, não têm manhãs ou tarde livres, porque a prática docente não se esgota nas quatro paredes de uma sala de aula. O e-mail nunca dorme: o aluno X faltou ao teste, é preciso fazer outro; a encarregada Y quer saber por que motivo o educando teve 14 em vez de 15; escasseiam N apoios para alunos com “classificação inferior a dez” (ainda não referi o policiamento da linguagem? O termo “negativa” é estigmatizante e, como tal, deve ser evitado...). Nos cursos profissionais, não nos pagam as horas extra, que correspondem tipicamente a um período letivo. Somos colocados longe de casa e não temos apoios à deslocação. Um exemplo concreto: gasto, por semana, aproximadamente 100€ em combustível e 25€ em portagens para trabalhar. Grosso modo, metade do meu salário. Mas sou um privilegiado, porque não tenho de pagar uma renda de casa adicional, ao contrário de tantos colegas. Estamos irmanados na miséria.

Conta-se que outrora no Japão, a única classe profissional que não se curvava diante do Imperador eram os professores. Mesmo o eleito de Deus na terra para governar sabia que sem eles nada poderia atingir. Verdade ou mito, a história significa apenas o seguinte: a profissão era respeitada. Não pedimos mais.

Finalmente, para quem de tudo isto discorde, fica a pergunta: se os professores são todos uns mandriões acrílicos que fazem greve como carneiros a mando dos sindicatos, como por este país se escreve e arrota, como explicar uma tão superabundante carência de quadros na profissão, que se vai agravar (e muito) nos próximos anos? O mercado não mente – e hoje ninguém quer ser professor. A profissão é uma escravatura. Perguntava-me recentemente uma colega por que motivo os mais jovens ainda escolhem esta vida. Não lhe levei a mal: a justiça das suas palavras era evidente. Nem tão-pouco lhe soube responder. Trata-se de uma questão em que cada professor deve meditar o melhor que puder. Até que a solução seja óbvia para todos.



Gonçalo Sousa
Comentador Político

O bom de ser anti-feminista

A influência da Esquerda num panorama cultural nas últimas décadas tem sido avassaladora, muito por culpa da Direita Tradicional que abandonou esses terrenos para se dedicar apenas e exclusivamente ao ramo económico que, embora fulcral através do sustento dos cofres estatais e das finanças públicas, não sustenta nações em termos éticos, muito menos comunidades que se regem por valores morais homogéneos.

A influência do Feminismo na sociedade Portuguesa e Europeia é a prova disso mesmo. Hoje em dia alguém dizer-se intelectualmente antagónico ao Feminismo é o suficiente para ser rotulado de extremista, mas a verdade é que, o Feminismo dos dias de hoje, advoga coisas que não se enquadram naquilo que todos nós consideramos serem de bom senso. Atualmente encontramos-nos na 3ª vaga de feminismo. A 1ª vaga, encabeçada pelas sufragistas, tinha como mote principal o fornecimento do direito ao voto às mulheres, mote este que me parece obviamente digno. A 2ª vaga teve um propósito diferente, o de permitir às mulheres direitos iguais em termos laborais, isto é, a igualdade dentro do mundo do mercado de trabalho. A 3ª vaga, a atual, não se rege pela igualdade de direitos como as anteriores, rege-se pela igualdade de resultados. Esta igualdade de resultados que pode ser vastamente encontrada num tipo de regimes. Os Comunistas. Se Lenin e Stalin discriminavam pejorativamente pela classe, as feministas atuais fazem-no exatamente da mesma forma, mas pelo sexo. No fundo, dizem-se feministas, quando são feministas (defendem a superioridade da mulher ao homem).

Dizer que Portugal é um país estruturalmente machista em pleno 2023 não faz sentido. A desigualdade salarial existente, uma das maiores falácias do movimento feminista, existe não por questões de discriminação sexual, mas sim por que os homens (em termos genéricos, estáticos e comparativos) trabalham mais horas do que as mulheres, escolhem ramos profissionais com maior remuneração e as mulheres usufruem mais tempo da sua licença de maternidade do

que os homens da sua licença de paternidade.

A lei da paridade, vista como uma vitória da legitimidade das mulheres no mundo político, é tudo menos isso. A lei da paridade coloca uma obrigação às mulheres a estarem na política em termos quantitativos e que eu saiba, segundo as próprias feministas, uma mulher a sério faz aquilo que ela quer, não aquilo a que é obrigada. Margaret Thatcher não precisou de quotas sexuais ridículas para se consagrar como a melhor primeira-ministra de sempre do Reino Unido. A razão? Thatcher sempre foi vista e julgada por aquilo que tinha dentro da cabeça, não dentro das calças.

O Feminismo destruiu as famílias portuguesas. Segundo dados do INE, por cada 100 casamentos registados em 2020, ocorreram 91,5 divórcios. Parte disto deve-se obviamente à deterioração da condição financeira dos portugueses em termos gerais, mas não apenas isso. A forma como a masculinidade é vista na sociedade atual de forma completamente nefasta faz com que haja um estrangimento social para com os homens terem atitudes ou uma postura mais masculina, o que por razões óbvias, os tornará menos atraentes para a grande maioria das mulheres heterossexuais.

Os homens lidam com mais questões relacionadas com o suicídio (80% da população que se suicida é homem) e a falta de habitação (70% dos sem abrigos são homens), já as mulheres são mais vítimas de violação e de violência doméstica. Se eu quiser pegar num destes indicadores e caracterizar toda a realidade através do mesmo, vitimizando um dos sexos à minha escolha como fazem as feministas, poderia fazê-lo, mas não estaria a ser honesto, muito menos estaria a ser inteligente.

A sociedade sem homens irá colapsar. Da mesma forma que as comunidades sem mulheres irão colapsar. O grande problema dos dias que correm é não nos apercebermos que homens e mulheres, antes de serem diferentes, são complementares. O país precisa de homens e mulheres, só não precisa é de feministas.



Manuel Damas
Médico e Professor
Universitário

Carta de Londres...

Tenho vindo a observar, nos últimos tempos, uma tendência da Imprensa, globalmente e muito pouco disfarçada, no sentido de tentar condicionar e divulgar uma versão enviesada de certos e determinados acontecimentos. No sentido da oficialização de um discurso proto politicamente correcto, mas que não deixa de ser tendencioso, enviesado e acima de tudo parcial. A lembrar a época, nefasta, da “propaganda”. Os tempos idos do PREC. E da “cumprativa”...E do “MFA”... À Imprensa compete informar e não deformar.

Essa é e terá de continuar a ser, a pegada dos Media.

A sua matriz.

Informar!

Parcializar, enviesar, em síntese, reescrever, passa a ser emitir um juízo, uma opinião, obviamente legítima, em Democracia e Liberdade, mas que não pode prostituir-se mascarando a parcialidade com a parangona, falsa, de informação.

Isso não é informar...é opinar.

Até porque os profissionais da Imprensa são pessoas. Com os seus contactos em rede.

Com amigos e amigas em outros órgãos de informação.

Que já foram estagiários, precários, que fizeram tarimba, tendo alguns conseguido ficar efectivos. E esse é o problema.

A intenção com que uma determinada esquerda e, principalmente, extrema-esquerda, tudo fez, de modo a conseguir colocar os seus peões nos locais cruciais. Para o momento adequado. Basicamente conseguir infiltrar para, depois, captivar o posto. Se tivesse sido proveniente da Direita, teria sido apodado de assalto intolerável à Informação e à Liberdade de Imprensa. Como veio da Esquerda, fez-se um silêncio cúmplice.

Hoje, a Informação, e é preciso ter a coragem de o afirmar destemidamente, está controlada e acima de tudo inquinada, por essas redes, politicamente correctas mas, acima de tudo, parciais e enviesadas. No sentido da adulteração da Verdade.

Para isso deveria servir, também, a Entidade Reguladora da Comunicação.

Para assegurar a independência, rigorosa, a todos os níveis da Informação.

Eu sei que o que estou a afirmar não é politicamente correcto.

Mas abomino que a Imprensa, no meu País, hoje, maioritariamente, seja tendenciosa. Subterrânea. Encapuçada. Ao serviço de interesses e correntes. De modo propositadamente não assumido. Tendenciosa. “Comprada”...

Por isso mesmo defendo, há muitos anos, tal como em muitos outros países, civilizados e evoluídos, que os Órgãos de Informação divulguem, pública e oficialmente, a sua linha editorial.

Seria legítimo, mas, acima de tudo, mais transparente.

Até para, como soi dizer-se, o Povo não “comprar gato por lebre”.

Em resumo...

À Imprensa compete, inalienavelmente, o primado da Informação e não o da deformação... tendenciosa.

Com três anos de Rádio, três anos de Jornal diário, oito anos de Televisão, um ano de Conselho de Especialistas de uma Revista de Informação, dois anos de Revista de Informação e dois anos de Direcção de uma Revista, tenho experiência profissional suficiente para dizer...não gosto do que venho a assistir.

Não gosto mesmo nada!

Por mais que, convenientemente, alguns insistam em dizer que a Democracia, em Portugal, está sólida e amadurecida.

Não. Não está...

Programa do Governo para a habitação é um ataque como o que foi feito no PREC

O programa 'Mais Habitação', apresentado pelo Governo, tem levado vários constitucionalistas a considerarem as medidas inconstitucionais, pois algumas são um verdadeiro atentado ao direito à propriedade, consagrado na Constituição da República Portuguesa

por **Folha Nacional**

O plano apresentado pelo Governo no âmbito do 'Programa Mais Habitação', após um Conselho de Ministros exclusivamente dedicado à habitação, constitui um ataque à propriedade privada sem precedentes no nosso país, fazendo apenas lembrar os dolorosos tempos do PREC.

No passado dia 16 de fevereiro, o primeiro-ministro, António Costa, apresentou um pacote de medidas para responder à crise da habitação em Portugal, inseridas no programa 'Mais Habitação', com cinco eixos de atuação: aumentar a oferta de imóveis utilizados para fins de habitação, simplificar os processos de licenciamento, aumentar o número de casas no mercado de arrendamento, combater a especulação e proteger as famílias.

O programa 'Mais Habitação' foi aprovado em Conselho de Ministros e ficará em discussão pública durante um mês, sendo que as propostas voltarão a Conselho de Ministros para aprovação final, em 16 de março, e depois algumas medidas ainda terão de passar pela Assembleia da República.

Acontece que este plano foi recebido com muita apreensão e uma chuva de críticas pelo setor da habitação e não só. E percebe-se porquê. Medidas como arrendamentos coercivos por parte do Estado de imóveis que estejam desocupados, passando pelo muito provável fim do alojamento local, ou pelo fim dos vistos 'gold', fizeram soar os alarmes junto dos proprietários e profissionais de um setor que tem sido um dos grandes dinamizadores da economia nacional.

Luís Menezes Leitão, presidente da Associação Lisbonense de Proprietários (ALP), qualifica as medidas apresentadas como representando "um ódio profundo à propriedade privada" e uma "cegueira ideológica", que parecem medidas "vindas da Venezuela" e que muito prova-

velmente não irão passar no crivo do Tribunal Constitucional.

Mas também a Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP) está bastante apreensiva com as medidas apresentadas pelo executivo para a sua área, acusando o Governo de querer acabar com o setor, mais concretamente de querer "acabar com o alojamento local depois de 2030".

"Só assim se compreende o conjunto de medidas apresentadas, entre as quais destacamos o fim dos atuais registos em 2030, as reavaliações de cinco em cinco anos, bem como a aplicação de uma taxa extraordinária. Todas estas medidas irão criar não só uma enorme incerteza perante o investimento privado, como torná-lo inviável", lê-se num comunicado da ALEP.

A ALEP diz ainda não perceber o motivo "desta perseguição do Go-

"Estas medidas mostram um ódio profundo à propriedade privada" e uma "cegueira ideológica". Parecem medidas vindas da Venezuela" e que muito provavelmente não irão passar no crivo do Tribunal Constitucional"

verno ao alojamento local (AL)", porque o setor é o "menor dos problemas do Executivo no que toca à habitação", e lembrou que em Portugal existem 723 mil imóveis vazios, pelo que "não serão, com toda a certeza, os 100 mil alojamentos do AL, na sua grande maioria fora dos centros urbanos, que prejudicam a habitação".

Citado no comunicado, o presidente da ALEP, Eduardo Miranda, diz que, até hoje, a associação "sempre colaborou com os vários governos de forma a que o setor fosse crescendo de forma sustentável".





Também os autarcas se queixam de não terem sido tidos nem achados nestas medidas. O presidente da Câmara de Lisboa, Carlos Moedas, considera “muito grave” que o Governo não tenha consultado as autarquias para definir as medidas para responder à crise da habitação, criticando a postura de imposição e proibição.

“Este tipo de medidas não podem ser como um centralismo do Estado a tentar resolver o problema das pessoas. Temos de resolvê-los ao nível das autarquias, ao nível do que são as cidades hoje, portanto a cidade vai ser o ator para resolver o problema da habitação e essa resolução do problema não pode ser por imposição ou por proibição ou por obrigação”, declarou Carlos Moedas.

Perante este cenário bombástico, o CHEGA já pediu a audição da ministra da Habitação, Marina Gonçalves, na comissão parlamentar de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação.

Caso seja rejeitada pelo PS, André Ventura adiantou que o partido vai avançar para uma audição potestativa (obrigatória) para obrigar a ministra a ir à Assembleia da República.

O CHEGA quer que Marina Gonçalves dê explicações ao parlamento “face à gravidade” das medidas apresentadas pelo Governo e “ao impacto que proprietários, inquilinos e investidores apontam que poderão ter no mercado, na confiança e no ambiente económico do país em geral”.

E nesta senda, o partido de André Ventura apresentou um pacote de medidas para esta área.

PROGRAMA
**HABITAÇÃO
COM CONFIANÇA**

As soluções do CHEGA para a habitação

Em conferência de imprensa na sede nacional do partido, em Lisboa, o presidente do CHEGA indicou, na terça-feira, ter entregado no parlamento um requerimento para a audição, com caráter de urgência, da ministra da Habitação

Aos jornalistas, André Ventura apresentou também o pacote de medidas proposto pelo CHEGA, denominado ‘Habitação com confiança’.

O CHEGA propõe 10 medidas, entre as quais a isenção do pagamento de IMT, IMI e imposto de selo para quem comprar habitação própria até 250 mil euros, redução do imposto sobre as rendas para 5% no caso de contratos de longa duração e 10% para os restantes, benefícios fiscais para quem reabilitar prédios devolutos ou a redução do IVA da construção civil.

O partido quer também apoios diretos para as famílias que viram a sua taxa de esforço “aumentar significativamente” na sequência da subida das taxas de juro, crédito bonificado para jovens, com o Estado fiador durante cinco anos, limitar a três o número de rendas que podem ser pedidas no início de novos contratos de arrendamento, um levantamento da habitação pública disponível e, ainda, sanções para o uso indevido de habitação pública.

O líder do CHEGA estimou que o custo das medidas que o partido propõe seja “na ordem dos 750 milhões de euros”.

Ventura anunciou também que o partido vai apresentar no parlamento uma resolução “para a rejeição imediata” das propostas do Governo inseridas no ‘Programa Mais Habitação’ e admitiu “contactos informais” com outros partidos com vista a pedir a fiscalização da sua constitucionalidade ao Tribunal Constitucional.

O líder do CHEGA apelou também ao Presidente da República que “não deixe entrar em vigor nenhuma medida sem o crivo do Tribunal Constitucional” e vete politicamente algumas delas, e admitiu pedir uma audiência a Marcelo Rebelo de Sousa.

Pode consultar as medidas do programa ‘Habitação Com Confiança’, apresentado pelo Presidente do CHEGA, André Ventura, através do Código QR abaixo.





Inflação leva mais estudantes a recorrer a refeições sociais

O aumento do custo de vida está a levar mais estudantes a fazerem as suas refeições nas cantinas onde pagam 2,80 euros por uma refeição que inclui sopa, prato e fruta. Devido às dificuldades, muitos estudantes ponderam abandonar a frequência universitária.

por **Agência Lusa**

O aumento dos preços está a levar os estudantes a recorrerem mais às cantinas, como a Cantina Velha da Universidade de Lisboa (UL), que servia cerca de 400 refeições diárias e agora rondam as 1.600. Nas cantinas da UL, o preço de uma refeição custa 2,80 euros, ou seja, “é mais barato do que a refeição confeccionada em casa”, contou à Lusa Hélder Semedo, do Conselho Geral da UL. Segundo Hélder Semedo, nota-se um crescimento de refeições vendidas, com destaque para a Cantina Velha: em 2019 aquele refeitório situado na cidade universitária “servia entre 400 a 500 refeições diárias e agora ronda as 1.600”.

A inflação também está a afetar a vida dos estudantes “que se queixam que antes pagavam 60 cêntimos por uma lata de atum e agora pagam 1,5 euros”.

O atum é apenas um exemplo da recente subida de preços, já que o valor do cabaz alimentar aumentou 22% no último ano. Se em fevereiro do ano passado, um cabaz custava 184 euros, agora ronda os 230 euros, segundo contas da DECO divulgadas esta semana. Para muitos alunos, a solução passa pelas cantinas das escolas, onde uma refeição inclui sopa, prato e fruta. À Associação Académica da Universidade de Lisboa (AAUL) já chegaram alguns pedidos de ajuda, segundo o presidente da AAUL, Afonso Garcia.

“O custo de vida de um estudante em Lisboa é muito superior ao de outras cidades, mas a verdade é que também no Porto e em Coimbra a situação está mais difícil”, afirmou.

A Lusa contactou a Federação Académica do Porto (FAP) que representa 70 mil alunos e confirmou que a situação é semelhante. “Têm

chegado alguns pedidos de ajuda”, disse a presidente da FAP, alertando para a probabilidade de existir uma “realidade escondida pelo estigma”: “Certamente que existem casos que não nos chegam pela vergonha de pedir ajuda”, disse Ana Gabriela Cabilhas. Segundo a presidente, “nota-se um aumento das dificuldades para suportar os custos associados à frequência do ensino superior em relação ao ano

Têm chegado pedidos de ajuda, mas existem casos que não nos chegam pela vergonha de pedir ajuda. É uma realidade escondida pelo estigma

passado, mas também em relação ao semestre letivo anterior”.

Ana Gabriela Cabilhas lembrou que o orçamento disponível das famílias “está a diminuir, ao passo que os custos de frequência estão a aumentar”. “Aumentou o custo dos alimentos no supermercado, aumentaram as despesas de habitação, de eletricidade,

mas também dos materiais de estudo, como é exemplo, os cursos de arquitetura e artes plásticas, que já obrigam os estudantes a ter que fazer escolhas sobre que materiais abdicar de comprar”, exemplificou.

Perante a pressão do aumento da inflação observa-se também no agregado familiar, que “tem de reduzir despesas para permitir que os filhos continuem a estudar. E isto, por sua vez, causa angústia nos estudantes”, sublinhou.

A situação poderá agravar-se, no próximo ano letivo, caso o Governo não altere a atual legislação, que define que o valor das refeições nas cantinas está indexado ao IAS (Índice dos Apoios Sociais). “O IAS aumentou e se o Governo não avançar com medidas legislativas, as refeições podem subir para o dobro em setembro”, alertou Helder Semedo.

Inquéritos realizados junto dos alunos revelam haver uma percentagem elevada de jovens com dificuldades em pagar as contas e um número elevado de estudantes que já tinham equacionado abandonar os estudos.

Em média, entre 10 a 12% dos alunos do 1.º ano desistem de estudar.

70 mil crianças perderam o direito a abono de família no início do ano

A reavaliação anual dos rendimentos das famílias retirou o abono de família a 70 mil crianças quando comparado com o mês de dezembro. Dados da Segurança Social revelam ainda que há também menos beneficiários do subsídio por assistência de terceira pessoa

por **Agência Lusa**

Um total de 1.052.458 crianças e jovens receberam abono de família em janeiro, quase menos 70 mil do que em dezembro, devido a reavaliação anual dos rendimentos, indicam as estatísticas da Segurança Social divulgadas esta semana. “O abono de família para crianças e jovens abrangeu 1.052.458 titulares em janeiro de 2023. No mês em

análise, devido à reavaliação periódica dos rendimentos anuais, registou-se face ao mês anterior, uma redução de 6,2% (menos 69.942 titulares)”, adianta a síntese estatística do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Na comparação com o mês homólogo, os dados do Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério indicam que se verificou um aumento de 17.297 crianças e jovens com abono de família (mais 1,7%).



© DR

O documento refere ainda que o número de titulares de bonificação por deficiência foi de 78.101 em janeiro deste ano, que representam uma redução de 8,5% em relação ao mês anterior e de 13,6% em termos homólogos.

O subsídio por assistência de terceira pessoa foi processado a 12.425 beneficiários. Estes números mostram uma redução de 1,4% (menos 182 titulares) face ao mês anterior e de 2,2% (menos 285 titulares) em relação ao período homólogo. Quanto à prestação social para a inclusão, as estatísticas agora divulgadas indicam também que, em janeiro, esse apoio foi processado a 136.057 pessoas, mês em que se “continuou a verificar o crescimento do número de beneficiários desta prestação social”.

“Os números revelam um aumento de 2,8%, em comparação com o mês anterior (mais 3.718 beneficiários). Na variação com o período homólogo, registou-se um acréscimo de 14.534 beneficiários, o que corresponde a um crescimento de 12%”, avança a síntese estatística.

Frio está de regresso. Temperaturas vão descer até 10 graus

O Instituto Português do Mar e da Atmosfera alerta para uma redução drástica das temperaturas mínimas e máximas em Portugal continental. Crianças e idosos devem ter especial cautela, pois são os dois grupos etários mais suscetíveis a temperaturas muito baixas.

por **Agência Lusa**

As temperaturas amenas que se fizeram sentir na última semana, lembrando já a Primavera, foram sol de pouca dura. Isto porque o tempo frio está de regresso a Portugal continental e em força. Nos próximos dias vai registar-se uma descida significativa das temperaturas máximas entre 05 a 10 graus Celsius, vento forte e precipitação, disse à Lusa o meteorologista Jorge Ponte.

“Vamos ser afetados por uma massa de ar com origem polar. As temperaturas vão descer significativamente, especialmente tendo em conta que na semana passada tive-

mos temperaturas acima da média e, portanto, vai fazer-se sentir mais esta descida abrupta”, adiantou o meteorologista do Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA). De acordo com o mesmo responsável, a descida da temperatura, da mínima e máxima, vai também fazer-se sentir devido ao aumento da intensidade do vento, em especial na faixa costeira e nas terras altas. “Está prevista também alguma precipitação, mas não muito intensa e a ocorrer será de neve acima de 600 a 800 metros de altitude a partir do final do dia de quarta-feira”, começou por dizer Jorge Ponte, acrescentando ainda que “vamos ter temperaturas mínimas dos 06 a 08 graus na



© DR

zona de Lisboa, de 02 a 04 no Porto e negativas na região interior norte e centro, para a qual já foram emitidos avisos de tempo frio”.

Face a estas previsões, o Instituto Português do Mar e da Atmosfera emitiu aviso amarelo para os distritos de Bragança, Viseu, Guarda e Vila Real para entre as 00:00 de quinta-feira e as 09:00 de hoje devido à persistência de valores baixos

da temperatura mínima.

O aviso amarelo, o menos grave, é emitido pelo IPMA sempre que existe uma situação de risco para determinadas atividades dependentes da situação meteorológica. Ontem, quinta-feira, já se sentiu uma descida acentuada da temperatura entre 05 a 10 graus relativamente aos dias anteriores, com máximas de 12 a 13 graus em Lisboa,

no litoral entre 12 e 14, mais altas na região sul, e no interior abaixo dos 10 graus pelo menos até sábado.

Segundo Jorge Ponte, pelo menos até ao fim de semana as temperaturas vão manter-se baixas, obrigando as faixas etárias mais frágeis, como é o caso das crianças e dos idosos, a cuidados redobrados, especialmente com a roupa a vestir face à redução das temperaturas.

Ventura na Mouraria pede consenso à direita na imigração

© Partido CHEGA

André Ventura visitou a Mouraria, em Lisboa, para ver de perto uma zona da cidade onde a imigração é preponderante e onde morreram dois imigrantes num recente incêndio numa habitação sobrelotada, como tantas que existem naquela zona da capital.

com Agência Lusa

O presidente do CHEGA defendeu um “consenso à direita” para mudar a política de imigração e introduzir, por exemplo, cuidados na entrada de cidadãos de zonas de “extremismo islâmico”, considerando que “bom senso” não significa “portas completamente abertas”.

André Ventura visitou algumas ruas do bairro da Mouraria, incluindo aquela onde se situa a casa onde morreram recentemente dois imigrantes num alojamento sobrelotado.

No final, em declarações aos jornalistas, o líder do CHEGA explicou que esta visita teve como objetivo “ver de perto uma zona da cidade onde a imigração é preponderante” e os problemas quer relacionados com a habitação, quer com a própria entrada de cidadãos estrangeiros.

Questionado sobre os recentes apelos do Presidente da República ao bom senso sobre este tema, André Ventura afirmou concordar por se tratar de “uma matéria socialmente explosiva” e, por isso, reiterou o apelo ao PSD – considerando que a IL “não é de direita” – para esse consenso na política de imigração de que “Portugal deve ser um país que acolhe bem os imigrantes”, mas frisando, por oposição à esquerda, que tal não significa “portas completamente abertas e entradas de qualquer maneira”.

“Tem de se verificar o cadastro de quem vem para Portugal, quem tem contrato de trabalho – excluindo situações de asilo político ou de quem foge de guerra como a da Ucrânia ou outras”, afirmou. André Ventura recuperou a expressão utilizada recentemente pelo presidente do PSD, Luís Montenegro – de que Portugal deve “procurar pelo mundo as comunidades que possam interagir melhor connosco”, dizendo arriscar “ir um pouco mais longe”.

“Temos de ter especial cuidado com algumas zonas do mundo de onde podem vir problemas muito sérios nos próximos anos”, afirmou, dizendo estar a referir-se a “zonas onde há presença de extremismo islâmico muito forte” e referindo que esta situação já está a causar “problemas muito sérios em países como a França e a Alemanha”. Ventura acrescentou que a entrada, sem controlo, de cidadãos de países como o Paquistão ou o Afeganistão pode vir a causar no futuro “problemas de segurança” a Portugal, referindo que tal está sustentado em relatórios de agências de informação internacionais.



Minutos antes, durante o breve passeio por algumas ruas da Mouraria, André Ventura foi cumprimentado e retribuiu os acenos e cumprimentos de vários imigrantes e acedeu a todos os pedidos para tirar fotografias com eles.

Questionado porque não lhes disse, olhos nos olhos, que não eram bem-vindos em Portugal, o líder do CHEGA replicou que não conhece a situa-

ção particular de cada um.

“Uns terão vindo por bem para trabalhar, mas quem tenha estado aqui e esteja em situação de ilegalidade, tenha vindo para obter subsídios ou cometer crimes não são bem-vindos, mesmo que me tenham cumprimentado a minha mensagem é essa”, disse.

Já sobre a intenção do Governo regularizar cerca de 300 mil imigrantes

até final de março, o líder do CHEGA disse ser necessário analisar caso a caso, apoiando esse processo para “pessoas que têm o seu contrato de trabalho e têm a situação regularizada por força de atrasos burocráticos, já vivem cá e são parte da comunidade”. “Quem está de forma ilegal e insistir de forma ilegal, deve ser expulso do território português”, acrescentou.

CHEGA sai em defesa da nacionalidade e partidos votam contra

Os partidos votaram contra a proposta apresentada pelo CHEGA de introduzir, na Constituição da República Portuguesa, o “dever de conhecer a língua e a cultura portuguesa”

como requisito para um cidadão adquirir a nacionalidade portuguesa. A discussão teve lugar na Comissão Eventual de Revisão Constitucional, processo que, recorde-se, foi aberto pelo partido liderado por André Ventura.

Uma das propostas apresentadas pelo CHEGA diz respeito aos requisitos fundamentais para que a alguém possa ser atribuída a nacionalidade portuguesa.

“Um dos elementos identifica-

tivos da cidadania é a língua e a cultura”, começou por dizer André Ventura, acrescentando que “entendemos que a nacionalidade portuguesa deve ser atribuída apenas a quem conhecer a língua e a cultura portuguesa”.

Os partidos recusaram a proposta do CHEGA, com a discussão a subir de tom e tendo, inclusive, referências a José Saramago e à mesquita da Mouraria (ver texto acima).

Novo PREC: Governo quer expropriar-lhe a sua casa!

Ào fim de sete anos, o Governo decidiu que é tempo de resolver o grave problema da habitação e, nesse sentido, avançou com o que pomposamente chamou de Plano 'Mais Habitação'. O problema é que este plano não se traduz em mais habitação, mas sim na nacionalização da habitação existente.

Uma das principais medidas é o 'Arrendamento Compulsivo', ou seja, o Governo vai adotar um regime de "arrendamento compulsivo" das casas devolutas, que prevê que caberá ao Estado ou ao município "pagar ao proprietário a renda que é devida" e cobrar "a renda que resulta do subarrendamento" que fará depois.

Em termos práticos significa que o Estado vai nacionalizar as casas que considere devolutas - e todos sabemos a pouca ou nenhuma boa-fé com que o Estado age nestas circunstâncias. O Estado vai assim decidir que casas não habitadas necessitam ou não de obras, podendo confiscá-las aos seus proprietários para que fiquem disponíveis para arrendamento.

Seja a velha casa na aldeia que herdámos dos nossos pais, seja o apartamento que deixamos vazio por estarmos a trabalhar em outra cidade, seja a casa de férias que comprámos com muito esforço e suor do nosso trabalho, sejam as casas dos nossos emigrantes. Por outras palavras, o Estado prepara-se para expropriar os proprietários, como nos idos tempos do PREC.



COMENTÁRIO
DA SEMANA

Rui Paulo Sousa
Deputado à Assembleia da República do Partido CHEGA

Negócios na CML: Medina poderá ser constituído arguido

A TVI noticiou que o ministro das Finanças, Fernando Medina, terá sido denunciado pelo 'histórico' do PS Joaquim Morão, por alegado envolvimento no processo de consulta do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e a empresa de Consultoria do ex-autarca.

com Agência Lusa

Fernando Medina, segundo o avançado pela TVI, foi denunciado pelo histórico socialista, Joaquim Morão, por, alegadamente, ter estado envolvido no processo de consulta do contrato celebrado entre a Câmara Municipal de Lisboa (CML), da qual Medina foi presidente entre 2015 e 2021, e a empresa de Consultoria de Morão, podendo o atual ministro das Finanças vir a ser constituído arguido no processo.

Quer o ministro das Finanças, quer Joaquim Morão, negaram o teor das notícias veiculadas pela TVI. Medina diz não ter "conhecimento de quaisquer alegações" e Morão afirmou, numa nota enviada à Agência Lusa, que a empresa da qual é sócio celebrou um ajuste direto com a Câmara de Lisboa e negou o teor das declarações veiculadas pela TVI/CNN. Em reação a esta polémica, o CHEGA requereu a presença no Parlamento do ministro das Finan-

ças, Fernando Medina, convidando para a mesma audição o antigo autarca socialista Joaquim Morão e a antiga diretora de Projetos e Obras da Câmara de Lisboa, Helena Bicho. André Ventura referiu que o pedido de audição se prende com a necessidade de dar esclarecimentos que atestem que Medina tem "idoneidade para continuar em funções".

"O que foi divulgado foram declarações vertidas em autos e são dificilmente desmentíveis", afirmou, considerando que Medina "não se pode furtar a mais explicações", dizendo "apenas que são alegações falsas ou que não tem conhecimento delas". O líder do CHEGA considerou que existe "uma suspeita fundada" de que o agora ministro das Finanças (então presidente da Câmara Municipal de Lisboa) teria organizado "um procedimento ilícito e fictício com evidentes resquícios de abuso de poder ou até de prevaricação". "Este caso assemelha-se em muito ao de Miguel Alves [ex-secretário de Estado Adjunto do primeiro-ministro] e ao famoso pavilhão da Câ-

mara de Caminha. É fraude, simulação e uso indevido de dinheiros públicos para fins que ainda hoje desconhecemos", afirmou, reiterando que estas suspeitas deixam o ministro das Finanças "numa situação de intolerável fragilidade".

"É ou não verdade que foi Fernando Medina que quis contratar Joaquim Morão? É ou não verdade que a empresa de Joaquim Morão foi constituída pouco tempo antes do concurso para a qual depois foi adjudicada a obra? É ou não verdade, como dizem os diretores de serviço da Câmara Municipal de Lisboa, que foi Fernando Medina que deu indicações para a contratação desta empresa, e não o contrário como era habitual? É ou não verdade que foi Fernando Medina que indicou a Joaquim Morão que deveria haver três empresas para que depois a dele fosse a escolhida?", afirmou. Para Ventura, estas suspeitas colocam "indelevelmente em causa a moralidade e a idoneidade de um ministro das Finanças".

© Partido CHEGA

Passos e Ventura são os candidatos preferidos às presidenciais

Se as eleições presidenciais se realizassem agora, Passos Coelho e André Ventura seriam os candidatos da direita com maior percentagem de votos, sendo o primeiro eleito Presidente da República. Augusto Santos Silva, por seu lado, não recolheria nem 4% dos votos.

por **Folha Nacional**

As eleições presidenciais realizam-se apenas em 2026, mas já vão sendo feitas algumas sondagens para tentar perceber qual seria a preferência dos portugueses face a um conjunto de putativos candidatos. Nesta senda, o mais recente estudo de opinião feito pela Aximage para o Correio da Manhã e Jornal de Ne-

gócios revela que Pedro Passos Coelho seria o candidato presidencial favorito dos portugueses, recolhendo 15,8% das preferências.

No espectro político da direita, seguir-se-ia André Ventura, Presidente do CHEGA, com 9,5% das intenções de voto, Rui Moreira com 4,7%, Durão Barroso com 4%, Luís Marques Mendes e João Cotrim de Figueiredo, ambos com 3,8% das preferências.

O Almirante Gouveia e Melo, que já chegou a ser o candidato presidencial preferido dos inquiridos e que não se inclui em nenhum espectro político, caiu do primeiro para quarto lugar, com 10% das intenções de voto, com apenas mais 0,5% do que o Presidente do CHEGA, André Ventura.

Assim, analisados os putativos candidatos da direita que foram ou são líderes partidários, são Pedro Passos Coelho (PSD) e André Ventura (CHEGA) que reúnem a preferência dos inquiridos.

Analisando agora os potenciais candidatos da esquerda, António Guterres, atual secretário-geral da ONU, lidera com 13,5%, seguindo-se António Costa com 10,6%, Ana Gomes com 6% - nas últimas eleições presidenciais arrecadou 12,97% dos votos -, Mariana Mortágua com 4,3% e Augusto Santos Silva com 3,8%.

O Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva, que muitos analistas políticos garantem estar a preparar a corrida a Belém, surge assim em penúltimo lugar com 3,8% das intenções de voto - o mesmo valor atribuído, recorde-se, a Cotrim de Figueiredo e Luís Marques Mendes.

De referir ainda que o último lugar nesta sondagem pertence ao também socialista Francisco Assis, com apenas 0,5% das preferências.



10

entrevista da semana

Gabriel Mithá Ribeiro

Deputado à Assembleia da República do Partido CHEGA

Aos 57 anos só sabe viver entre fronteiras: entre Moçambique e Portugal; entre o Catolicismo paterno e o Islão materno; entre a ascendência africana, indiana e árabe; entre Setúbal e Leiria; entre História, Sociologia e Freud. A herança colonial da moçambicanidade fê-lo nacionalista português de causas universais da condição humana, como é próprio do CHEGA.

por **Folha Nacional**

Os professores estão em luta. Quais são as suas principais reivindicações?

Há duas dimensões indissociáveis. Uma parte são reivindicações laborais: recuperação integral do tempo de serviço, fim de quotas no acesso ao 5.º e 7.º escalões da carreira docente, apoios a professores deslocados, recuperação de rendimentos, entre outros. Outra parte são reivindicações em defesa da sua dignidade enquanto seres humanos contra a indisciplina dos alunos, violência nas escolas, burocracia, edifícios escolares degradados, entre outros.

Que propostas o Partido CHEGA tem para esta classe profissional?

O Partido CHEGA não separa o que propõe para os salários e carreiras dos professores, que é reconhecer justiça e razão nos seus protestos, do que propõe para apoiar alunos e famílias. É preciso conceder mais e melhores apoios aos alunos de famílias carenciadas, do ensino específico ou do ensino da música, aos transportes escolares, assim como assegurar edifícios escolares de qualidade. Não há desculpas para não haver casas de banho em condições nas escolas, não haver pavilhões desportivos ou os alunos passarem frio. A asfixia financeira do ensino resulta dos atuais currículos escolares que acarretam prejuízos incalculáveis.

Em que medida?

O número de horas que se fecham os alunos nas aulas é excessivo em prejuízo da qualidade das aprendizagens, além de ter agravado de forma injustificada a despesa pública. PS, PSD, PCP, BE ou os sindicatos tradicionais escondem a questão por serem os responsáveis por ela. Inclusive, foram eles que fizeram da escola inimiga da socialização de crianças e jovens nas suas comunidades, uma vez que a extensão dos currículos usurpa o tempo social e cívico para clubes, associações, igrejas, atividades, etc. Mas esta é só uma dimensão do problema.

Qual é a outra?

A outra remete para os organismos parasitários do Ministério da Educação, o invisível sanguessuga financeiro, que têm de ser reduzidos ou extintos: Instituto de Avaliação Educativa (IAVE), Instituto de Inovação Educacional, Conselho Nacional de Educação (CNE), professores embaixadores disto e daquilo, entre outros. O Ministério da Educação é um caso grave de gestão financeira danosa. No domínio que tem a ver com a defesa da dignidade dos professores será inevitável a revisão do Estatuto do Aluno e Ética Escolar (Lei 51/2012) e o Partido CHEGA tem um projeto de alteração dessa lei muito forte.



“O Estado tem esvaziado a sociedade ao usurpar à família o direito de educar os seus filhos”

- Gabriel Mithá Ribeiro

▲ O deputado do CHEGA **Mithá Ribeiro** acusa o Ministério da Educação de fazer uma “gestão financeira danosa” e garante que “não há desculpas para termos alunos que passam frio nas salas de aula” ou que “não têm casa-de-banho em condições”

O último Relatório da Educação mostra que os professores estão envelhecidos. O que é preciso fazer para atrair mais profissionais?

Emagrecer currículos e programas resolveria parte do problema e melhoraria a qualidade do ensino. É preciso tornar a profissão e as escolas públicas mais dignas e atrativas. Quando os professores deveriam estar no auge da sua fertilidade intelectual, fruto do passar dos anos, acabam por fugir para as reformas porque não suportam o acumular da dor psicológica e física que é sobreviver ao quotidiano das salas de aula. É por isso que se deve enfrentar com intransigência a questão da indisciplina. O problema é que o PS e o PSD estão muitíssimo mais interessados em traçar ‘linhas vermelhas’ ao CHEGA do que em resolver os problemas dos professores.

Qual é a sua visão sobre a Escola Pública? Só as escolas cuja propriedade é do Estado podem prestar um serviço público de educação ou as escolas de gestão privada também podem, tal como acontece na Saúde com as PPP?

O Partido CHEGA rejeita um sistema de ensino exclusivamente público, pois é um atentado à liberdade e à democracia, e não distingue a legitimidade do ensino público, privado ou cooperativo. Num momento em que o ensino privado cresce porque a escola pública está em grave rotura de qualidade, para nós isso é um problema que nos obriga a enfrentar os desafios da escola pública, a recuperar a sua qualidade. Temos consciência de a sociedade estar a caminhar para a fragmentação e agressividade entre ricos - os que frequentaram o ensino privado, o que melhor define a elite esquerdista -, e

pobres, os que frequentaram a escola pública cuja qualidade foi destruída por essa mesma elite esquerdista. Mas surgiu, finalmente, um partido predisposto a salvar a escola pública de décadas de destruição esquerdista, o CHEGA!

O CHEGA propôs alterar o nome do Ministério da Educação para Ministério do Ensino. Porquê?

O Estado tem esvaziado a sociedade ao usurpar à família o direito primordial de educar os seus filhos. Separar a Educação, que é da Família e tem uma carga afetiva, do Ensino, que é tutelado pelo Estado e tem uma carga sobretudo intelectual, académica ou técnica, garantirá a reversão de um ciclo já longo de empobrecimento que afunda Portugal a cada dia que passa. Substituir Ministério da Educação por Ministério do Ensino será uma medida simbólica, mas com consequências substantivas da maior relevância.

CMVM avalia se irá sancionar a TAP por ‘falha de informação’ sobre o caso de Alexandra Reis

© Presidência da República

O Presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários foi ouvido no Parlamento sobre a indemnização paga a Alexandra Reis. Luís Laginha de Sousa disse que ainda estão em análise as consequências para a TAP por ter dado informação falsa à CMVM.

por Agência Lusa

A CMVM está a avaliar “com todo o cuidado” a informação prestada pela TAP sobre a saída de Alexandra Reis, disse o seu presidente no Parlamento, acrescentando que se houver contraordenação essa será comunicada “o mais rápido possível”.

“Foi aberta uma ação de supervisão, que está em vias de ser fechada. A contraordenação, se resultar, a seu tempo será comunicada”, disse Luís Laginha de Sousa já no final da sua primeira audição no parlamento como presidente da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), cargo que passou a ocupar em dezembro passado.

Na audição na comissão de Orçamento e Finanças, Laginha de Sousa foi questionado várias vezes sobre a informação prestada pela TAP ao regulador do mercado financeiro sobre a saída de Alexandra Reis, pois a companhia aérea comunicou apenas a renúncia da administradora na informação ao mercado quando posteriormente se soube que houve uma negociação para a saída.

As respostas vagas do responsável desagradaram vários deputados que iam repetindo a pergunta sobre a ação da CMVM neste caso e se considerava que foi prestada informação errada pela TAP. “A informação disponível não era a que devia estar. Depois, as consequências que pode ter ou não em termos de contraordenação é uma análise que tem de ser feita com todo o cuidado”, afirmou Laginha de Sousa, acrescentando que não pode entrar no caso em concreto pelo sigilo a que a CMVM está sujeita mas que esta “não demonstrará mais do que o estritamente necessário” a tomar uma decisão.

“O que quer que venha a ser decidido será divulgado e espero que seja o mais rápido possível”, disse o ex-administrador do Banco de Portugal (entre setembro de 2017 e novembro de 2022) e ex-presidente da bolsa de Lisboa (Euronext Lisbon, de 2010 a 2016). Luís Laginha de Sousa disse que a informação comunicada ao mercado “é responsabilidade dos emitentes” e que no caso da informação não financeira a “confirmação é ‘à posteriori’ e o nível de proatividade tem de ser adequado à perceção do risco das situações”.

Em fevereiro de 2022, a TAP comunicou à CMVM a saída da administradora Alexandra Reis, referindo a compa-



nhia aérea que tinha sido Alexandra Reis a renunciar ao cargo.

Em dezembro passado, a Alexandra Reis tomou posse como secretária de Estado do Tesouro, tendo então estalado a polémica sobre a indemnização que recebeu quando saiu da companhia aérea detida pelo Estado (500 mil euros). Numa declaração escrita enviada à Lusa, nesse mês, Alexandra Reis disse

que o acordo de cessação de funções “como administradora das empresas do universo TAP” e a revogação do seu “contrato de trabalho com a TAP S.A., ambas solicitadas pela TAP, bem como a sua comunicação pública, foi acordado entre as equipas jurídicas de ambas as partes, mandatadas para garantirem a adoção das melhores práticas e o estrito cumprimento

de todos os preceitos legais”.

Em 28 de dezembro, a TAP enviou um novo esclarecimento à CMVM, referindo que a renúncia apresentada por Alexandra Reis “ocorreu na sequência de um processo negocial de iniciativa da TAP, no sentido de ser consensualizada por acordo a cessação de todos os vínculos contratuais existentes entre Alexandra Reis e a TAP”.

Lucros da Iberdrola cresceram 11,7% em 2022, para 4.339 milhões

por Agência Lusa

O grupo espanhol de energia Iberdrola teve lucros de 4.339 milhões de euros no ano passado, um aumento de 11,7% em relação a 2021, revelou, esta quarta-feira, a empresa.

A Iberdrola, que está presente em Portugal, diz que os resultados foram positivos em todos os mercados onde está presente menos em Espanha, onde os lucros diminuíram 19% no ano passado.

A empresa atribui estes resultados em Espanha a medidas de regulação e fiscais adotadas no país e a um aumento de custos, associados à inflação, que o grupo energético assegura não ter transferido para os clientes. Os resultados em Espanha e a desaceleração no México foram compensados, segundo a Iberdrola, pelo desempenho nos EUA e no Brasil.

O resultado do grupo antes de impostos, juros, depreciações e amortizações (EBITDA) alcançou os 13.228,1 milhões de euros em 2022, um cres-

cimento de 10,2% em relação a 2021.

A empresa destaca que em 2022, num contexto de inflação e crise energética, marcada por perturbações nas cadeias de abastecimento, aumentou os investimentos em 13%, para os 10.730 milhões de euros, um valor recorde na história da Iberdrola. A União Europeia foi o destino da maior fatia desse investimento, 38%, com 3 mil milhões de euros a ficarem em Espanha e 1.200 milhões aplicados em países como Alemanha, França e Portugal.

Cerca de 25% do investimento de 2022 da Iberdrola foi nos EUA, 20% na América Latina, 13% no Reino Unido e os 4% restantes noutras regiões do mundo, como a Austrália. A empresa sublinha que 90% de todos os investimentos foram em energias renováveis e redes novas de distribuição.

O grupo fechou 2022 com uma capacidade instalada de produção de energia com fontes renováveis de cerca de 40 mil megawatts em todo o mundo.



© DR

Há menos desempregados a receberem subsídio de desemprego

© Segurança Social



O número de desempregados aumentou face a dezembro, mas quando comparado com o mês de janeiro do ano passado, a redução no número de beneficiários é de quase 20%. As mulheres representam 55,8% e os homens 44,2% do total de beneficiários.

por Agência Lusa

O número de desempregados com prestações de desemprego aumentou 12,3% em janeiro face a dezembro, mas recuou 18,4% em comparação com o período homólogo, para 183.938, segundo as estatísticas mensais da Segurança Social publicadas esta segunda-feira.

De acordo com a síntese estatística mensal elaborada pelo Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP) do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, registaram-se, assim, mais 20.114 beneficiários em janeiro relativamente a dezembro, mas menos 41.472 do que no mesmo mês de 2022. O subsídio de desemprego foi processado a 142.743 pessoas, mais 12,6% face ao mês anterior e uma redução homóloga de 8,8%.

Já o número de beneficiários do subsídio social de desemprego inicial foi de 9.885, um crescimento mensal de 35% e uma subida de 19,2% em comparação com o período homólogo.

Em janeiro, o subsídio social de desemprego subsequente abrangeu

24.928 beneficiários, um acréscimo face a dezembro de 5% (mais 1.183 pessoas) e, comparando com o período homólogo, um aumento de 42,6% (mais 7.453 beneficiários).

O sexo feminino representa 55,8% e o sexo masculino 44,2% do total de beneficiários de prestações de desemprego. Em termos mensais verificou-se um crescimento de 10,2% de prestações de desemprego processadas a mulheres e, no caso dos homens, um aumento de 15%.

Os dados estatísticos da Segurança Social revelam que o valor médio das prestações de desemprego em janeiro foi de 573,73 euros.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) divulgou esta segunda-feira que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego caiu 9,6%, no primeiro mês do ano, para 322.087 pessoas, tratando-se do segundo mês de janeiro com o valor mais baixo dos últimos 30 anos, anunciou o Governo.

No entanto, comparativamente ao mês anterior, o número de desempregados aumentou 4,9%, o que representa um acréscimo de 15.082 pessoas.

© CTT

Menina de 9 anos morre em tiroteio durante festa de Carnaval no Rio de Janeiro

por Agência Lusa

Dois pessoas morreram, incluindo uma menina de 09 anos, e pelo menos 15 ficaram feridas num tiroteio durante uma festa de Carnaval na área metropolitana do Rio de Janeiro, informaram as autoridades locais. O incidente ocorreu no domingo à noite, no município de Magé, quando uma multidão acompanhava um desfile de Carnaval na praia. Sem que ninguém o pudesse prever, começou um tiroteio entre um agente policial e um suposto criminoso local conhecido como 'Bu', de acordo com a Polícia Militar do Rio de Janeiro. "Uma mulher de 35 anos" e "uma menina de 09 anos" morreram em consequência da troca de tiros, que também causou "15 feridos", que foram levados para vários hospitais na região, disseram à agência EFE fontes do gabinete do

presidente da câmara de Magé. De acordo com a Polícia Militar, o alegado criminoso, identificado pelo pseudónimo 'Bu', "tinha iniciado o confronto" com o polícia. Já a imprensa brasileira garantiu que o conflito ficou a dever-se a questões pessoais do foro amoroso, não dando mais detalhes sobre o caso. Entre os feridos contam-se o alegado bandido, que foi baleado no peito, e o agente policial, que ficou ferido numa perna, acrescentaram as mesmas fontes. A Câmara Municipal de Magé lamentou o que aconteceu e anunciou numa nota que "proibirá, por decreto, qualquer atividade relacionada com desfiles de rua até ao final do Carnaval". O Brasil assinalou a sua maior festa nestes dias com a celebração dos chamados "blocos", os ruidosos desfiles que arrastam milhares de pessoas pelas ruas



© DR

das principais cidades do país. A celebração oficial começou na sexta-feira passada e durou até quarta-feira à noite.

Putin, o "agressor", prepara-se "para mais guerra"

por Agência Lusa

O secretário-geral da NATO, Jens Stoltenberg, sublinhou, terça-feira, que o Presidente russo, Vladimir Putin, é que é o agressor na ofensiva lançada na Ucrânia, estando a "preparar-se para mais guerra". Numa conferência de imprensa conjunta com o ministro dos Negócios Estrangeiros ucraniano, Dmytro Kuleba, e com o Alto Representante da União Europeia para a Política Externa e de Segurança, Josep Borrell, em Bruxelas, Stoltenberg deplorou o discurso do Estado da Nações proferido por Putin e o seu anúncio de que a Rússia suspende a participação no tratado New START, o último pacto de controlo de armas nucleares que restava com os Estados Unidos. Reagindo ao discurso de Putin, que acusou o Ocidente de querer impor à Rússia uma "derrota estratégica" na Ucrânia e acabar com o país "de uma vez por todas", argumentando que a ameaça ocidental contra a Rússia justificava a invasão da Ucrânia, Stoltenberg sublinhou que, "há um ano, o Presidente Putin lançou a guerra ilegal contra um vizinho pacífico". "Os factos estão claramente à vista de todos. Ninguém está a atacar a Rússia. A Rússia é o agressor e a Ucrânia



© en.kremlin.ru

é a vítima da agressão. E nós apoiamos o direito da Ucrânia à autodefesa, contemplado na Carta das Nações Unidas", declarou. O secretário-geral da NATO reforçou que "é o Presidente Putin que iniciou esta guerra imperialista de conquista, é Putin que continua a escalar a guerra". "Pensou que podia destruir a Ucrânia e dividir-nos, mas subestimou a determinação do povo ucraniano na defesa da sua pátria e subestimou a nossa unidade", acrescentou. Segundo Stoltenberg, um ano depois de ter lançado a invasão russa, Putin, "tal como deixou claro, está a preparar-se para mais guerra. A Rússia está a lançar mais ofensivas, a mobilizar mais tropas e a virar-se para a Coreia do Norte e Irão. Também estamos cada vez mais preocupados com a possibilidade de a China planear apoio militar à Rússia", disse. O secretário-geral da NATO insistiu que "Putin não pode ganhar" esta guerra, pelo que é necessário "manter e reforçar o apoio à Ucrânia".

UNITA acusa o Governo angolano de corrupção e incompetência

por Agência Lusa

O presidente da UNITA acusou o Governo angolano de ser “corrupto” e “incompetente”, afirmando que é no partido fundado por Jonas Savimbi que recai a missão de inverter este quadro e acabar com o drama “na gestão dos recursos”. Adalberto da Costa Júnior falava na abertura da 5.ª reunião ordinária do comité permanente da UNITA, em Luanda, no dia em que o partido comemora o ‘Dia do Patriota’ em homenagem ao seu fundador Jonas Savimbi, morto em combate em 22 de fevereiro de 2002. O líder da UNITA sublinhou que Savimbi continua “depois de morto a influenciar e inspirar gerações de jovens” e que “apesar da imensa propaganda contra si, cresce diariamente a multidão dos que o consideram uma inspiração”. Para Adalberto da Costa Júnior, a sua visão política sobre Angola e o mundo “colocou-o numa posição de alvo a abater, por aqueles que o viam como um obstáculo ao lucro fácil e à exploração desenfreada dos recursos do país” e 21 anos após a sua morte, “o país não se democratizou” ape-

sar das extraordinárias acumulações de capital que deveriam ter servido de alavancas promotoras do desenvolvimento do país. “Todos os angolanos já entenderam que a falta de água e de luz, o desemprego, a exclusão, a pobreza, o subdesenvolvimento, não tem Jonas Savimbi como responsável, mas sim um Governo incompetente, corrupto e antidemocrático”, criticou o dirigente político, lembrando que a guerra civil acabou há 21 anos. “Olhemos à nossa volta, que Angola temos nós? Acabou o sofrimento e a miséria? Temos energia e água? A fome acabou? Temos escolas dignas, temos saúde de qualidade?”, questionou, recebendo um “não” dos militantes que se juntaram no complexo Sovismo, em Viana (Luanda). As palavras de Adalberto da Costa Júnior são também uma réplica face a declarações recentes de dirigentes do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido no Governo desde a independência, em 1975, atribuindo os problemas do país ao seu passado de guerra. O líder da UNITA abordou também o tema da reconciliação nacional, questionando o Governo sobre os patriotas “ex-



© UNITA Angola

cludidos” e “ignorados”, nomeadamente Savimbi e Holden Roberto. “É assim tão difícil? O que custa um passo de reconciliação deste género”, pediu Adalberto da Costa Júnior.

Joe Biden fez visita surpresa a Kiev e anunciou entrega de mais armas

por Agência Lusa

O Presidente dos EUA, Joe Biden, prometeu mais armamento à Ucrânia durante uma visita surpresa a Kiev e garantiu ao país o apoio inabalável dos EUA diante da invasão russa. “Vou anunciar a entrega de outros equipamentos essenciais, incluindo munições de artilharia, sistemas de antiblindagem e radares de vigilância aérea”, disse Joe Biden, segundo um comunicado da Presidência norte-americana. O presidente norte-americano Joe Biden, chegou a Kiev na manhã de segunda-feira para uma visita não anunciada, a primeira desde o início da invasão russa, que completa hoje um ano, e encontrou-se com Volodymyr Zelensky. O Presidente dos EUA tinha anunciado que ia visitar a Polónia, flanco leste da NATO, para analisar a evolução da guerra na Ucrânia, mas na agenda tornada pública não constava nenhum encontro com o Presidente da Ucrânia.

Ucrânia: Meloni desmente envio de aviões e G7 atacam Putin

por Agência Lusa

A primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, descartou, na terça-feira, a hipótese de Itália enviar aviões de combate para a Ucrânia. As afirmações da primeira-ministra eleita no ano passado surgiram depois de vários órgãos de comunicação social italianos terem escrito que existia a possibilidade de Itália contribuir para o esforço de guerra com aviões de combate. “É preciso dizer as coisas como elas são: atualmente o fornecimento de aeronaves não está sobre a mesa”, garantiu Giorgia Meloni, em Kiev, respondendo a uma jornalista ucraniana, durante uma conferência de imprensa conjunta com o Presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky. A governante acrescentou que a decisão final “será tomada com

os parceiros internacionais”, e reafirmou que o seu Governo e outros aliados estão “a concentrar-se nesta fase na questão dos sistemas de defesa antiaérea”. A primeira-ministra recordou que Itália acabou de aprovar o sexto pacote de apoio militar à Ucrânia, que inclui sistemas antiaéreos para ajudar a Ucrânia a proteger infraestruturas críticas, como a rede elétrica, dos bombardeamentos russos. Na sexta-feira, assinala-se o primeiro aniversário da ofensiva militar russa na Ucrânia, iniciada na madrugada de 24 de fevereiro de 2022. Após um ano do início da ofensiva militar, levada a cabo sob o pretexto da necessidade de “desnazificar” e “desmilitarizar” a Ucrânia para segurança da Rússia, Putin não atingiu o objetivo de controlar totalmente o Donbass, ainda que tenha conseguido manter um corredor ter-

restre que une o leste ucraniano à anexada península ucraniana da Crimeia (em 2014), através da costa do mar de Azov. Nas últimas semanas, fontes ucranianas e ocidentais têm alertado para o início de uma nova grande ofensiva russa, cenário que tem desencadeado apelos para aumentar o fornecimento de armamento a Kiev. O presidente russo, Vladimir Putin, anunciou esta semana que a Rússia irá suspender a sua participação no tratado EUA-Rússia New Start a r t

sobre desarmamento nuclear e disse que estava pronta a retomar os testes nucleares. Nesta senda, o governo britânico, através do porta-voz do primeiro-ministro, Rishi Sunak, apelou ao chefe de Estado russo para inverter a sua “decisão irrefletida”. Já a França pediu à Rússia para “mostrar responsabilidade e inverter o mais rapidamente possível o seu anúncio de suspensão” da sua participação no tratado nuclear russo-americano New Start. No mesmo dia, o grupo dos sete países mais industrializados (G7) anunciou que jamais reconhecerá as anexações russas do território ucraniano e condenou novamente as “inaceitáveis violações” de Moscovo contra a “soberania, integridade territorial e independência da Ucrânia”.



Cinema

Lisboa

Tema: Kitoboy: O Salto do Baleeiro
Género: Drama, Aventura
Data: 17 - 02 - 2023
Local: Num cinema perto de si

Porto

Tema: O Bando de Ned Kelly
Género: Drama, Crime
Data: 17 - 02 - 2023
Local: Num cinema perto de si

Faro

Tema: O Homem Que Matou Don Quixote
Género: Aventura, Fantasia, Comédia
Data: 17 - 02 - 2023
Local: Num cinema perto de si

Teatro

Lisboa

Tema: A alegre História de Portugal em 90 minutos
Data: 18 - 02 - 2023 **Hora:** 16h00
Local: Teatro Bocage

Porto

Tema: Querido Luís
Data: 18 - 02 - 2023 **Hora:** 21h30
Local: Teatro Sá da Bandeira

Faro

Tema: S/ título #8
Data: 02 - 03 - 2023
Local: Teatro das Figuras

Música

Lisboa

Tema: Concerto de Tomás Wallenstein
Data: 24 - 02 - 2023 **Hora:** 21h00
Local: Culturgest

Porto

Tema: Concerto de Orquestra Bamba Social
Data: 18 - 02 - 2023 **Hora:** 21h30
Local: Super Bock Arena

Faro

Tema: Concerto de Florelie Escano
Género: Jazz
Data: 18 - 02 - 2023 **Hora:** 19h00
Local: Auditório Municipal de Lagoa

Livros

Lisboa

Tema: História do Cinema - dos primórdios ao contemporâneo
Autor: Nelson Araújo
Lançamento: 23 - 02 - 2023

Porto

Tema: O perigo de estar no meu perfeito juízo
Autor: Rosa Montero
Data: 18 - 02 - 2023 **Hora:** 17h00
Local: Auditório Colégio Luso-Francês

Faro

Tema: Os Segredos do Palácio
Autor: Tina Brown
Lançamento: fevereiro - 2023

Desporto

Futebol 22ª Jornada da Liga BWIN

25
02



20h30 Estádio do F. C. de Vizela

26
02



20h30 Estádio do Dragão

27
02



19h00 Estádio José de Alvalade



21h15 Estádio D. Afonso Henriques

Seleção feminina de futebol garante apuramento histórico

por **Folha Nacional**

A seleção portuguesa feminina de futebol qualificou-se, na terça-feira, para o Mundial de 2023, ao vencer os Camarões por 2-1, na final do Grupo A do Play-off Intercontinental, em Hamilton, na Nova Zelândia. A noite foi de emoções fortes. A seleção portuguesa adiantou-se no marcador com um golo de Diana Gomes, aos 22 minutos de jogo, após um livre com a bola a ser batida para o primeiro poste e com a jogadora portuguesa a aparecer na recarga e a colocar a bola no fundo da baliza. A equipa das 'quinás' foi tendo várias oportunidades ao longo da partida, mas sempre sem concretizar. O cronómetro aproximava-se do fim e nas bancadas do FMG Stadium Waikato, na Nova Zelândia, os adeptos portugueses já faziam

a festa. Porém, prestes a cair o pano, a seleção dos Camarões empatou o jogo, aos 89 minutos, com um golo de Ajara Nchout. E foi já na reta final que a equipa orientada por Francisco Neto marcou o tento da vitória com Carole Costa a converter a partir da marca de grande penalidade, depois de Johnson ter desviado o remate de Andreia Jacinto com o braço. Com esta vitória, a seleção nacional de futebol feminino alcançou um feito inédito ao apurar-se para o Mundial de Futebol Feminino de 2023, juntando-se no Grupo E aos vice-campeões em título Países Baixos (23 de julho), ao Vietname (27) e aos detentores do troféu, Estados Unidos (01 de agosto) A competição mundial de futebol decorre entre os dias 20 de julho e 20 de agosto, na Austrália e na Nova Zelândia.



© Facebook / Seleções de Portugal

Últimas

PRR: Investimento no metro Loures-Odivelas considerado crítico

A construção do metro ligeiro de superfície nos concelhos de Odivelas e Loures é um dos dois investimentos considerados críticos pela Comissão Nacional de Acompanhamento (CNA) do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), que defende uma "intervenção do Governo". A informação consta do relatório de acompanhamento, referente ao ano de 2022, apresentado, quarta-feira, pelo CNA-PRR, que analisou 69 investimentos que estão previstos no âmbito do PRR. Segundo explicou o presidente da CNA,

Pedro Dominginhos, foram analisados 69 investimentos. Destes, 33 estão "alinhados com o planeamento", 13 em estado preocupante e 2 considerados "críticos", um deles o Metro Superfície Odivelas-Loures (Linha Violeta), em Lisboa. Relativamente a este investimento, a CNA considerou o andamento dos trabalhos como "crítico" e defendeu uma "necessária intervenção da tutela", alegando que o aumento do percurso vai exigir a "necessidade de encontrar financiamento por parte das autarquias".

CHEGA continua a subir nas intenções de voto

O CHEGA está cada vez mais consolidado como terceira força política, obtendo 11 por cento das intenções de voto, segundo a sondagem realizada pela Universidade Católica Portuguesa para a RTP, Antena 1 e jornal Público. Este resultado significa mais quatro pontos percentuais do que o que obteve nas eleições legislativas e mais dois por cento em relação à sondagem de julho.

Segundo este estudo, o PS cai para 32 por cento e o PSD fica-se pelos 31 pontos percentuais, conseguindo mais um por cento relativamente à sondagem de julho e mais 3 relativamente ao resultado obtido por Rui Rio. Outro dado a destacar é que PSD, CHEGA e IL, juntos, alcançam 50 por cento das intenções de voto, o que contrasta com PS, BE, CDU, PAN e Livre, que obtêm apenas 47 por cento.

Houve "insensibilidade" da Câmara de Setúbal no acolhimento de refugiados

A Comissão de Fiscalização da Câmara de Setúbal ao acolhimento de cidadãos ucranianos, considera que houve insensibilidade do município sadino ao colocar cidadãos russos na receção aos refugiados daquele país invadido pela Rússia. "A maioria das entidades que estiveram nas audições consideraram uma falta de sensibilidade o recebimento de refugiados ucranianos por cidadãos de nacionalidade russa, pelo facto de ambos os países se encontrarem em conflito", lê-se no relatório da Comissão de Fiscalização da Câmara de Setúbal ao Acolhimento de Refugiados Ucranianos em Setúbal. O semanário Expresso noticiou, em abril do ano passado, que 160 cidadãos ucranianos foram recebidos na Câmara de Setúbal por dois cidadãos russos, Igor Khashin, antigo presidente da Casa da Rússia e do Conselho de Coordenação dos Com-patriotas Russos, e pela mulher, Yulia Kashina, funcionária do município.

trarem em conflito", lê-se no relatório da Comissão de Fiscalização da Câmara de Setúbal ao Acolhimento de Refugiados Ucranianos em Setúbal. O semanário Expresso noticiou, em abril do ano passado, que 160 cidadãos ucranianos foram recebidos na Câmara de Setúbal por dois cidadãos russos, Igor Khashin, antigo presidente da Casa da Rússia e do Conselho de Coordenação dos Com-patriotas Russos, e pela mulher, Yulia Kashina, funcionária do município.

Marcelo condecorou equipa de resgate portuguesa com Ordem do Mérito

O Presidente da República condecorou, na quarta-feira, com o grau de membro honorário da Ordem do Mérito, os 52 elementos da equipa de resgate portuguesa que foi destacada para as operações de busca e salvamento após os sismos na Turquia. Numa cerimónia de receção aos 52 elementos, que decorreu no Picadeiro Real, em Lisboa, Marcelo Rebelo de Sousa salientou que a condecoração é um "testemunho simbólico de reconhecimento nacional" e de "gratidão". "Gratidão à força e à sua afirmação coletiva, gratidão, uma a uma, um a um, às dezenas de elementos que a formaram, que lhe deram corpo e alma, gratidão que não é só nem sobretudo

minha - do Presidente da República - é a gratidão de Portugal", referiu. Na cerimónia, em que marcaram presença o ministro da Administração Interna e a embaixadora da Turquia em Portugal, Marcelo disse que os 52 portugueses que estiveram na Turquia foram "excepcionais na prontidão, no espírito de grupo, na devoção, na competência, na humanidade".

Editorial

Que legado quer o Presidente da República deixar?



Ricardo Dias Pinto
Sub-diretor do
Folha Nacional

Quando todos pensávamos que as alegadas suspeitas sobre diversos membros do Governo socialista, autarcas do PS e altos cargos da administração pública poderiam estar finalmente a abrandar, eis que novamente o Governo 'vem à baila' pelas piores razões.

Ao momento a que vos escrevo este editorial, mais uma fortíssima suspeita recai sobre um membro do Governo socialista de António Costa. Só que desta vez não é sobre um ministro qualquer! Segundo uma investigação da TVI/CNN Portugal, está em causa aquele que gere toda a 'máquina financeira' do Estado português, ou seja, o dinheiro de todos nós.

A gravidade desta suspeita é tal que poderemos estar a poucos dias - quem sabe se quando este texto for publicado não terá já acontecido - de o Ministro das Finanças, Fernando Medina, ser constituído arguido num processo de participação económica em negócio e abuso de poder enquanto presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

E se há algo que não pode acontecer em tempo algum é o administrador dos dinheiros públicos ser portador da mais leve suspeição que seja no que à sua seriedade diz respeito.

A confirmar-se esta situação, resta muito provavelmente ao Primeiro-Ministro demitir aquele que todos sabem ser um dos seus mais próximos. Honestamente, por muito que pense em soluções, começo a achar difícil ao Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, ser o "pilar

de sustentação" do que já não tem como ser sustentado...

Afinal como quer Marcelo ser recordado nos livros de História? Qual o legado que quer deixar? Certamente não o de quem foi permissivo a situações no mínimo pouco claras e altamente lesivas, quanto mais não seja para o bom nome do nosso país, perpetuando no poder um Governo, em que sucessivas vezes, um ou mais dos seus membros estão carregados de suspeitas.

O momento da governação de Portugal é muito grave. É tão grave que muito provavelmente o Governo socialista está a prazo! Isto leva-nos a ter de estar preparados para o que pode vir amanhã, daqui a seis meses

ou daqui a um ano. Isto obriga o CHEGA a estar de prontidão para eventuais eleições legislativas, em que segundo as últimas sondagens poderá ter cerca de 15% dos votos e qualquer coisa entre 30 e 40 deputados. Mas mais que isso, esta situação leva o partido a ter de se preparar para ser parte de um governo que terá a obrigação de tirar Portugal e os Portugueses do caos instalado. Uma missão difícil, dado o estado dramático em que, mais uma vez, um governo socialista vai deixar o país, mas que terá de ter em conta, pela primeira vez em muitos anos, o bem-estar das pessoas, das famílias e das empresas, com rigor e seriedade em todos os planos.

Cartoon



Folha Nacional

2ª Edição Trimestral

Disponível numa banca perto de si!

Consulte a lista de pontos de venda em:

www.folhanacional.pt



Capture o código QR e acompanhe online ▶

N

O FOLHA NACIONAL É UMA PUBLICAÇÃO SEMANAL EM FORMATO IMPRESSO, PROPRIEDADE DO PARTIDO CHEGA. ACOMPANHA A MATRIZ DO JORNALISMO EUROPEU, DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO, DO COMBATE À CENSURA POSITIVA OU NEGATIVA E DA LUTA PELA MELHOR INFORMAÇÃO E MELHORES CONTEÚDOS. MARCA UM PENSAMENTO DE DIREITA CONSERVADORA NAS TRADIÇÕES, PROGRESSISTA E AO MESMO TEMPO PATRIÓTICA EM MATÉRIA ECONÓMICA, NUMA PREMISSE DE QUE A ECONOMIA DEVE FUNCIONAR SEM O PESO EXCESSIVO DO ESTADO, SALVO EM MATÉRIAS DE INTERESSE NACIONAL, TAIS COMO A DEFESA NACIONAL OU A GESTÃO DE RECURSOS NATURAIS, COMO A ÁGUA OU A ENERGIA. DIRIGE-SE A TODOS OS HOMENS E MULHERES DE PENSAMENTO LIVRE, QUE RESPEITEM OS VALORES FUNDADORES DA CIVILIZAÇÃO EUROPEIA, ASSENTE NA TRADIÇÃO JUDAICO-CRISTÁ.